

Tabela 03 - Condições de Oferta Municipal – 2006 – Volta Redonda										
Indicador	Creche		Pré-escola		Ensino Fundamental Anos Iniciais		Ensino Fundamental Anos Finais		Ensino Médio	
	U	R	U	R	U	R	U	R	U	R
Média de alunos por turma	19,1		23,4		27,0		33,1		33,2	
Média de hora - aula diária	9,0		4,4		4,5		4,5		4,3	
Relação Matrícula/Função Docente	20,2		23,3		26,8		19,4		15,5	
Fonte: Portal do Mec										

O concurso público municipal realizado em 2006 para o provimento dos cargos de professores – para os anos iniciais e para os finais – e de Orientadores e Supervisores Educacionais aparece como um outro marco positivo para qualidade de ensino.

O Município ainda não possui escolas de tempo integral, por não dispor de espaço físico e recursos humanos, porém oferece projetos que ampliam a jornada e visam ao desenvolvimento integral do educando.

No segundo semestre de cada ano, o Município realiza a Chamada Escolar, a fim de atender demanda, por bairro, para a Educação Infantil e o Ensino Fundamental. Promove, também, campanha de divulgação da modalidade de EJA, fazendo levantamento da necessidade para estruturação de atendimento integral da demanda no ano seguinte. A sistematização da Chamada Escolar, garantindo o acesso às Unidades Educacionais da Rede Municipal, oportuniza a igualdade e a democratização ao ensino público gratuito.

Segundo os dados do Censo Escolar, realizado pelo INEP/MEC (Tabela 4), referentes aos anos de 2004 a 2007, o Município de Volta Redonda tem nas redes de ensino (estadual, privada e municipal) 21.709 alunos matriculados nos anos iniciais do Ensino Fundamental (1ºSegmento), dos quais 1.701 estão na rede estadual, 2.619 na rede privada e 17.389 na rede municipal. Em função da demanda manifesta, o Município atende o maior percentual desta etapa do Ensino, ou seja, 80,1%, cabendo ao estado o índice de 7,9% e à rede privada 12%.

No que se refere aos anos finais, o número de matrículas corresponde a 18.076 alunos, dos quais 11.843 encontram-se matriculados na rede municipal, 4.185 na rede estadual e 2.048 na rede privada.



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Volta Redonda
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

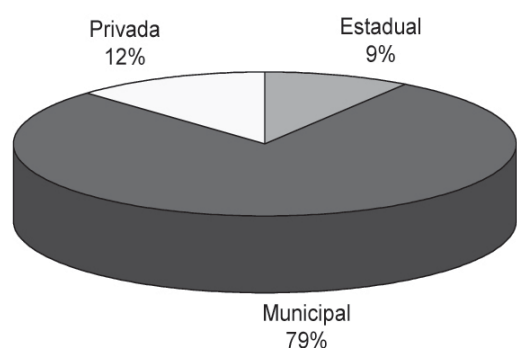
Tabela 4 – Matrículas no Ensino Fundamental por dependência administrativa

Município	Dependência	2004		2005		2006		2007	
		Anos Iniciais 1ª a 4ª série	Anos Finais 5ª a 8ª série	Anos Iniciais 1ª a 4ª série	Anos Finais 5ª a 8ª série	Anos Iniciais 1ª a 4ª série	Anos Finais 5ª a 8ª série	Anos Iniciais 1ª a 4ª série	Anos Finais 5ª a 8ª série
VOLTA REDONDA	Total	23.217	20.757	23.187	20.041	22.967	19.254	21.709	18.076
	ESTADUAL	2.165	4.200	1.961	4.233	1.968	4.077	1.701	4.185
	MUNICIPAL	18.152	13.944	18.001	13.198	17.875	12.586	17.389	11.843
	PRIVADA	2.900	2.613	3.225	2.610	3.124	2.591	2.619	2.048

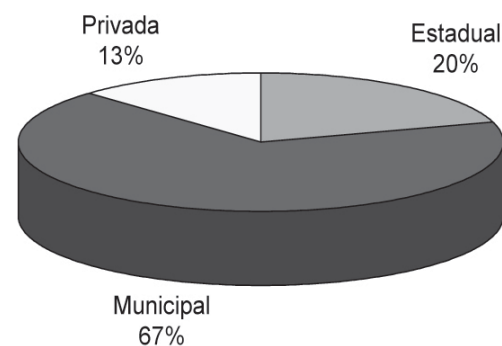
Fonte: INEP/MEC

GRÁFICOS DEMONSTRATIVOS DE ATENDIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

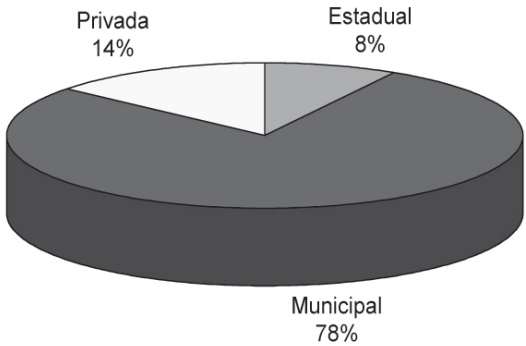
2004 - Anos Iniciais



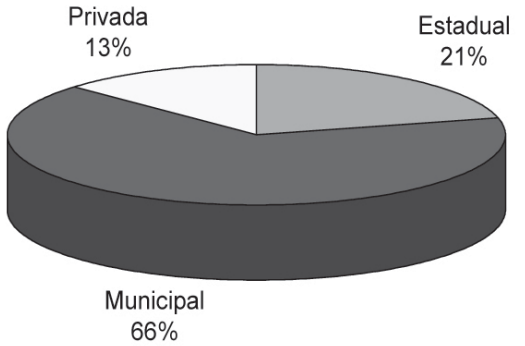
2004 - Anos Finais



2005 - Anos Iniciais



2005 - Anos Finais

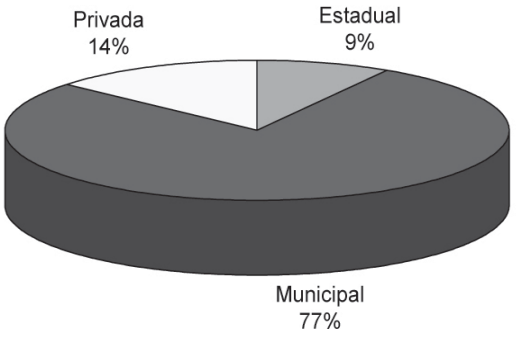


31

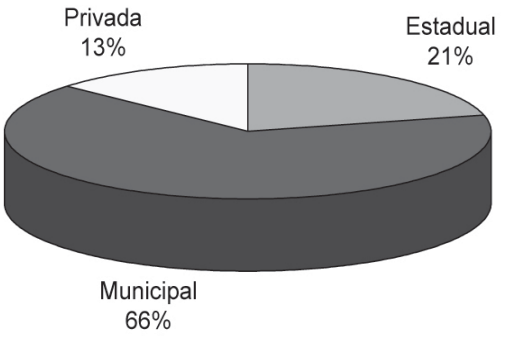


Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Volta Redonda
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

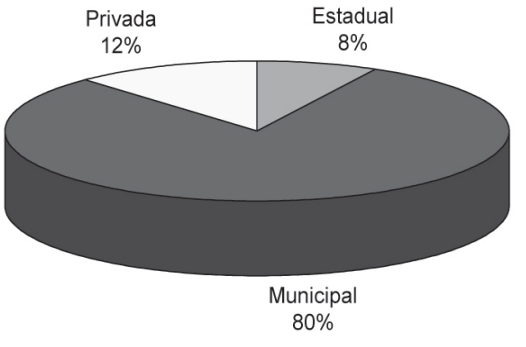
2006 - Anos Iniciais



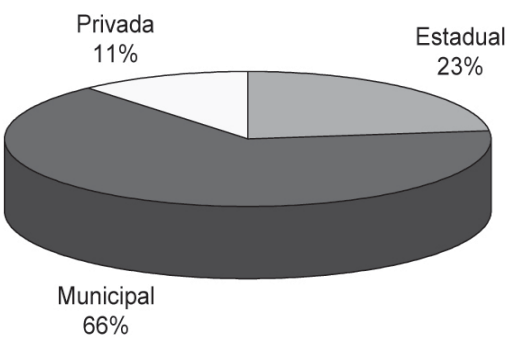
2006 - Anos Finais



2007 - Anos Iniciais



2007 - Anos Finais



Os gráficos acima destacam, claramente, que o maior percentual de atendimento aos alunos do Ensino Fundamental é feito pelo Município.

Quanto à produtividade do ensino, que compreende as taxas de aprovação, reprovação e evasão (tabelas 4 e 5), pode-se considerar que os índices, apesar de apontarem para uma aprovação média na ordem de 86% e de uma evasão geral mínima (1%), precisam elevar-se em termos de qualidade, tendo em vista que o IDEB do município em 2007 registra índice de 4,8 nos anos iniciais e 4,0 nos anos finais, numa escala de 0 a 10. (Tabelas 6, 7, 8)

Nesse sentido, urge criar condições objetivas de trabalho, no Ensino Fundamental, visando à permanência do aluno, com qualidade.

Tabela 5 – Produtividade Geral do Ensino Fundamental - 2000 / 2007

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
GERAL	-	79%	82%	85%	92%	92%	90%	86%

TABELA 6 – Evasão no Ensino Fundamental - 2000 / 2007

MODALIDADE DE ENSINO	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
1º SEGMENTO	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%
2º SEGMENTO	7%	2%	2%	2%	5%	5%	3%	10%
ENSINO REGULAR NOTURNO	19%	14%	15%	19%	19%			
TOTAL	2%	2%	1%	2%	2%	2%	1%	1%

32



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Volta Redonda
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

FONTE: Estatística da SME 2000 / 2007

(Tabela 7) IDEB 2005 - 2007 e Projeções para o BRASIL

	Anos Iniciais do Ensino Fundamental (Nacional)				Anos Finais do Ensino Fundamental (Nacional)				Ensino Médio (Nacional)			
	IDEB Observado		Metas		IDEB Observado		Metas		IDEB Observado		Metas	
	2005	2007	2007	2021	2005	2007	2007	2021	2005	2007	2007	2021
TOTAL	3,8	4,2	3,9	6,0	3,5	3,8	3,5	5,5	3,4	3,5	3,4	5,2

(Tabela 8) IDEBs observados em 2005 - 2007 e Metas para rede Estadual - RIO DE JANEIRO										
Fases de Ensino	IDEB Observado		Metas Projetadas							
	2005	2007	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Anos Iniciais do Ensino Fundamental	3,7	3,8	3,8	4,2	4,6	4,9	5,1	5,4	5,7	6,0
Anos Finais do Ensino Fundamental	2,9	2,9	2,9	3,1	3,3	3,7	4,1	4,4	4,6	4,9
Ensino Médio	2,8	2,8	2,8	2,9	3,1	3,3	3,7	4,1	4,4	4,6

(Tabela 9) IDEBs observados em 2005-2007 e Metas para Rede Municipal - VOLTA REDONDA										
Ensino Fundamental	IDEB Observado		Metas Projetadas							
	2005	2007	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Anos Iniciais	4,7	4,8	4,8	5,1	5,5	5,7	6,0	6,2	6,5	6,7
Anos Finais	4,2	4,0	4,2	4,4	4,7	5,0	5,4	5,6	5,9	6,1
Fonte: INEP/MEC										

(Tabela 10) Médias Comparadas - Prova Brasil						
Língua Portuguesa				Matemática		
4ª série		8ª série		4ª série		8ª série
Brasil				Brasil		
175,96	Escolas Estaduais	229,96		192,95	Escolas Estaduais	241,63
172,35	Escolas Municipais	226,15		190,06	Escolas Municipais	237,58
171,40	Total	228,93		189,14	Total	240,56



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Volta Redonda
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Estado do Rio de Janeiro				Estado do Rio de Janeiro		
172,44	Escolas Estaduais	223,68		188,70	Escolas Estaduais	231,54
177,09	Escolas Municipais	234,19		193,18	Escolas Municipais	241,59
176,62	Total	230,22		192,79	Total	238,14
Município de Volta Redonda				Município de Volta Redonda		
181,34	Escolas Estaduais	220,11		199,59	Escolas Estaduais	288,63
192,10	Escolas Municipais	239,16		207,64	Escolas Municipais	254,83
190,98	Total	234,73		206,81	Total	248,70

A distorção idade/série teve queda na maioria das séries/anos de escolaridade, entre 2001 e 2005, merecendo atenção ao 2º ano (1ª série), onde se observa sua elevação da referida distorção. (Tabela 11)

Sendo a regularização do fluxo escolar fundamental estímulo à permanência do aluno na escola e forte inibidor da repetência e evasão escolar, maiores esforços hão de ser investidos no processo.

Tabela 11 - Distorção Idade/ série(%)				
Fase/Nível	Ano	Urbana	Rural	Total
1ª série / 2º ano	2001	7,2		7,2
	2005	11,6		11,6
2ª série / 3º ano	2001	18,9		18,9
	2005	17,3		17,3
3ª série / 4º ano	2001	25,8		25,8
	2005	21,6		21,6
4ª série / 5º ano	2001	30,5		30,5
	2005	21,2		21,2
5ª série / 6º ano	2001	39,3		39,3
	2005	25,0		25,0
6ª série / 7º ano	2001	41,0		41,0
	2005	24,4		24,4
7ª série / 8º ano	2001	42,5		42,5
	2005	30,0		30,0
8ª série - 9º ano	2001	44,0		44,0
	2005	30,0		30,0
Fonte: Portal do Mec				

Realizando análise comparativa dos resultados do IDEB e levando-se em consideração os parâmetros da Prova Brasil (Tabela 10), pode-se afirmar que o município, de modo geral, vem atingindo as metas propostas de forma crescente segundo as projeções, tendo como desafio ampliar essas médias em seu próprio percurso. Desde 2005, a SME tem como missão ampliar tais médias, apresentando propostas pedagógicas que visam à melhoria do ensino-aprendizagem.

Diante dos índices de produtividade e dos últimos resultados das avaliações externas, o assessoramento às unidades escolares tem sido direcionado para a superação de tais índices, através de acompanhamento sistemático, análise de currículo, aprofundamento sobre o tema avaliação e implementação de projetos.

Tal assessoramento, inclusive, é apontado nas avaliações das unidades escolares como positivo, pois, nestes últimos anos, foi iniciado o resgate do diálogo franco e responsável com todos os setores da educação, buscando parcerias para o enriquecimento das práticas pedagógicas na Rede, uma vez que já tenha cada unidade educacional o seu Projeto Político Pedagógico construído coletivamente. Medidas relacionadas ao tempo para a Discussão Pedagógica quinzenal, proporcionando a Formação Continuada no espaço escolar e visando à

34



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Volta Redonda
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

melhoria da qualidade de ensino, bem como ao tempo destinado à Recuperação Paralela para os alunos que necessitam de acompanhamento específico em áreas de conhecimento nos Anos Iniciais, também têm sido apontadas como muito positivas para a Rede, e contribuíram e contribuirão a curto, médio e longo prazo para a ressignificação do Projeto Político Pedagógico das unidades educacionais.

Para os Anos Finais, foram garantidos 4 encontros em meio período para Discussão Pedagógica, como parte da Formação Continuada. Esse tempo ainda é considerado como não ideal por não atender às expectativas, tendo em vista o tempo curto e o fato de somente atingir à parcela de profissionais presentes na unidade escolar naquele dia. Destaca-se, ainda, a Recuperação Semestral e Final e a reformulação curricular do Ensino da Língua Portuguesa – dividida em três frentes: Leitura, Gramática e Produção Textual. Além disso, os anos finais do Ensino Fundamental contam com o Projeto Apoio à Aprendizagem, que oferece ao aluno com dificuldade de aprendizagem, no contra turno de suas atividades escolares, o resgate dos conteúdos essenciais de Português e Matemática, somando os esforços para melhoria da qualidade de Ensino e diminuição da evasão.

Apesar de serem consideradas de grande valia para embasamento teórico e reflexão da prática pedagógica as capacitações realizadas regularmente pelo órgão gestor – através do Departamento Pedagógico, ora para todos os docentes, ora para representações –, vem sendo apontado, também que, para serem mais eficazes, carecem de carga horária maior, previstas dentro da jornada de trabalho, garantindo a presença de todos. Um desafio para o

município diante de uma rede de ensino tão numerosa que precisa de uma política pública neste sentido.

O Órgão Gestor da Educação no Município, nos últimos anos, tem, através do seu Departamento Pedagógico, pautado sua ação na oferta e incentivo à participação dos docentes em cursos de Educação a Distância e Presenciais de Formação Continuada, incluídos os de Educação Especial, e na elaboração de projetos para captação de recursos federais com vistas ao aperfeiçoamento profissional. Provê as unidades escolares com assinaturas de revistas e textos atualizados para o apoio ao professor, contando também com um grande acervo de vídeo para empréstimo e com pessoal qualificado para orientação e acompanhamento do processo de escolha do livro didático.

Percebe-se também uma angústia muito grande quanto ao atendimento a alunos que apresentam dificuldade acentuada de aprendizagem, o que evidencia a necessidade de intensificação do aperfeiçoamento profissional e da criação de uma Equipe Multidisciplinar que dê suporte técnico para encaminhamentos e maneiras de trabalhar com esse público.

Outro indicador que precisa de atenção é o Currículo, que, segundo o sentimento de boa parte das unidades escolares, necessita de reformulação, levando em conta a distribuição dos conteúdos/séries (anos) e a realidade sociocultural. Nos Anos Iniciais houve um aprofundamento da Proposta Curricular, ajustando-a de acordo com a Filosofia Norteadora da Rede. Já em relação aos Anos Finais, a reformulação dos conteúdos por série e disciplina ocorreu de forma efetiva e participativa, mas ainda não atende de forma satisfatória, segundo avaliação dos profissionais.

O Ensino Fundamental passou por uma reformulação nos procedimentos metodológicos do trabalho dos profissionais extraclasse, objetivando o fortalecimento da interdisciplinaridade na rede de ensino: atualização dos equipamentos dos Laboratórios de Informática, revitalização do trabalho das Salas de Leitura com aquisição de livros pelo PNBE/MEC – além dos livros didáticos fornecidos aos alunos do Ensino Fundamental pelo PNLD –, aquisição de materiais didáticos para a prática recreativa nos Anos Iniciais e para as aulas de Educação Física nos Anos Finais.

A LDB – no art. 11, em consonância com o art. 211 da Constituição Federal – reconhece, explícita e definitivamente, os sistemas municipais de ensino e esclarece suas incumbências em matéria de educação escolar. Entre essas estão a de autorizar, credenciar e supervisionar os estabelecimentos do seu sistema de ensino.

O Conselho Municipal de Educação, através da Deliberação 23/2007, fixou normas para aprovação do funcionamento de escolas da rede Municipal de Ensino, adequando-as ao

35



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Volta Redonda
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Sistema Municipal no que se refere às disposições legais, quanto aos aspectos físicos e administrativos, às quais necessitam ser acrescentados alguns itens, atendendo, assim, às metas do PNE referentes aos padrões mínimos de infra-estrutura para o Ensino Fundamental.

O município iniciou, nos últimos anos, um processo de reestruturação dos prédios das unidades escolares, atendendo, até a presente data, 24 escolas, num total de 58 unidades de Ensino Fundamental. As que foram reformadas estão bem próximas dos requisitos de infraestrutura preconizados no PNE. Tendo em vista o número de reformas, muito ainda há que se realizar.

Historicamente, o atendimento educacional especializado oferecido a alunos com deficiência vinha e vem sendo desenvolvido em classes e escolas especiais. Atualmente esse atendimento está sendo ampliado de maneira a garantir em salas de recursos multifuncionais, por meio de serviços de itinerância e outros, o acesso à escolaridade, derrubando barreiras que impedem a frequência ao Ensino Regular. Assim, a Educação Especial passa a ser entendida como modalidade que perpassa, como complemento, todos os níveis de ensino, sendo constituída por um conjunto de recursos educacionais e de estratégias de apoio colocados à disposição dos alunos e proporcionando-lhes diferentes alternativas de atendimento, de acordo com as necessidades de cada um. Porém, a realidade é que, apesar do reconhecimento dos esforços empreendidos nestes últimos 4 anos, há algumas barreiras a serem enfrentadas: currículo inadequado para estes alunos, falta de adequação do espaço físico, de acompanhamento efetivo por parte do professor itinerante e da equipe da Seção de Educação Especial, que é muito reduzida. A capacitação para os docentes vem sendo realizada, mas devido à dimensão da rede de ensino, precisa ser mais bem estruturada. Esses problemas vêm comprometendo a efetividade das mudanças exigidas pela inclusão escolar, apesar de já se verificarem algumas realizações que requerem continuidade e o devido aprofundamento dos suportes. Essa política de inclusão exige, com urgência, a formação de professores – prioritariamente os da Educação Básica – para capacitá-los a atender às peculiaridades de cada aluno.

Quanto ao transporte escolar, é oferecido a alunos residentes em zona rural das adjacências, através de adesão a Programa Federal como garantia de escolarização dessa clientela. Os profissionais lotados em escola considerada pelo órgão Gestor como unidade de difícil acesso são contemplados com transporte da frota municipal.

O Programa de Alimentação no Município, atualmente, é terceirizado e supervisionado por uma equipe que acompanha o desempenho da empresa responsável quanto à qualidade e à aceitação da alimentação oferecida, bem como os níveis calóricos e protéicos por faixa etária. A referida alimentação escolar compõe-se de desjejum, refeição e lanche. É significativa a demonstração de satisfação com o regime de atendimento terceirizado tanto na alimentação quanto na limpeza nos aspectos de: qualidade dos serviços prestados, suficiência dos recursos humanos e desoneração da sobrecarga dos gestores, proporcionando maior dedicação ao pedagógico da escola.

Objetivando garantir de forma mais efetiva os direitos fundamentais da cidadania – expressos nos dispositivos legais que normatizam e dão as diretrizes legais da organização dos sistemas de ensino – urge implementar políticas públicas que resgatem a credibilidade e a qualidade social da educação, por meio de mecanismos de apoio didático pedagógico, atividades culturais e esportivas, eliminando a evasão, a repetência, a distorção idade/série, e tornando a escola um ambiente agradável, de formação crítica e criativa, facilitadora da aprendizagem.

É necessário também, nessa busca por uma oferta mais qualificada, garantir formação continuada em serviço que possibilite momentos de autoformação, em que os profissionais da educação façam reflexões sobre seu desempenho, sobre sua prática no cotidiano da sala de aula, sobre a necessidade de pesquisa e a importância da troca de experiências docentes/discentes.

36



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Volta Redonda
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

2. DIRETRIZES:

Conforme o exposto no Art. 3º, da Lei de Diretrizes e Bases, o Ensino Fundamental será ministrado com base nos princípios da igualdade, da liberdade, do pluralismo de idéias e concepções pedagógicas, do respeito à liberdade e apreço à tolerância, garantia de padrão de qualidade, valorização da experiência extra-escolar e vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

Tais princípios são assegurados através de práticas educativas pautadas em projetos, programas e concepções que priorizam uma aprendizagem voltada para o respeito às diferenças, que considera os indivíduos envolvidos nesse processo como autores de uma história que busca a verdadeira realização pessoal e social.

A LDB em seu Art.5º afirma que "o acesso ao Ensino Fundamental é direito público subjetivo, podendo qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída, e, ainda, o Ministério Público, acionar o Poder Público para exigi-lo".

Trata-se de uma ação educativa no combate à indiferença das autoridades em relação à democratização da educação, inclusive ao atendimento ao critério de universalização do ensino.

O município de Volta Redonda conta com o Programa da Chamada Escolar e através dela tem atendido a 100% da demanda manifesta.

Faz-se necessário, entretanto, criar um instrumento que permita a identificação da população escolarizável que, porventura, encontre-se afastada do universo escolar, para que se possa garantir a universalização do Ensino Fundamental, considerando a indissociabilidade entre acesso, permanência e qualidade da educação. Trata-se da criação, garantida neste Plano, do Censo Educacional, com vistas à eliminação de diferenças, ao apontamento da real demanda existente para esta etapa da Educação Básica, à racionalização da distribuição dos prédios escolares e à realização do diagnóstico do nível socioeconômico e cultural da população em idade escolar do município de Volta Redonda.

Considerada um dos maiores problemas enfrentados pelo ensino fundamental brasileiro, a distorção idade/série é defasagem vista com prioridade pelo município, que preconiza adoção de medida política e estratégica de correção do fluxo através de Programas de Reforço e Recuperação de conteúdos essenciais referentes a cada ano de escolaridade, com vistas à eliminação do analfabetismo e à elevação gradativa da escolaridade da população voltarredondense.

O Projeto Político-Pedagógico, visto como suporte para as necessidades apontadas na educação municipal e específica de cada unidade educativa, é instrumento de gestão democrática e não prescinde da participação ativa da comunidade escolar, por meio de práticas que considerem e se adaptem às especificidades de cada escola.

Este Plano considera a construção coletiva do Projeto Político-Pedagógico como aspecto fundamental para a melhoria da gestão e da organização do trabalho pedagógico, o que, na realidade municipal, tem sido vivenciado na prática pelas escolas, através de avaliação periódica desse documento, que é revisado, analisado e ressignificado de acordo com as necessidades específicas dos espaços escolares e do grupo que os movimenta.

Para esta e outras ações de avaliação e formação continuada, os espaços-tempo de formação são imprescindíveis para a implementação de alternativas criativas que viabilizem soluções para os problemas enfrentados. Esses momentos devem ser planejados pelas equipes técnico-pedagógicas e realizados através de Discussões Pedagógicas em serviço e nos Conselhos de Classe, considerados momentos privilegiados de tomada de decisões.

A análise sistemática do currículo objetiva sua adequação aos princípios da contextualização e à concepção de interdisciplinaridade na busca constante para dar

37



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Volta Redonda
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

significado aos conteúdos desenvolvidos e à eliminação das barreiras entre as disciplinas e profissionais que atuam diariamente junto aos educandos. Sendo assim, este Plano aponta para uma ação pedagógica pautada na realidade do educando, o que lhe possibilita conhecer e intervir nessa realidade de forma crítica e participativa. Para tanto, o currículo não deverá perder de vista a valorização dos temas transversais propostos nos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental, cuja inserção contribui para que a educação seja realmente alicerçada nos quatro pilares da educação – aprender a aprender, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser – e nas orientações emanadas dos Conselhos Nacional e Municipal de Educação.

As Diretrizes Nacionais para a Educação Especial orientam os sistemas de ensino para a prática da inclusão, estabelecendo em seu artigo 2º:

"Os sistemas de ensino devem matricular a todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos."

O Plano Nacional de Educação destaca no seu capítulo da Educação Especial *que o grande avanço que a década da educação deveria produzir seria a construção de uma escola inclusiva que garantisse o atendimento à diversidade humana*.

Dentre as ações do MEC para apoiar a construção de sistemas educacionais inclusivos, destaca-se o Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade, do qual o Município faz parte como pólo multiplicador, orientando escolas, famílias e sistemas de ensino.

A clientela portadora de necessidades educacionais especiais deve ser acompanhada criteriosamente através de itinerância e atendida em Salas de Recursos Multifuncionais, para que essa inclusão se dê dentro de um contexto escolar apropriado, igualitário e capaz de promover a inserção social de todos.

Como forma de avaliação da aprendizagem, conjugada com a avaliação das práticas profissionais voltadas para o atendimento de clientela tão diversificada, o município se voltará para a criação de sistemas próprios de avaliação da aprendizagem, observando, desta forma, as metodologias e as estratégias de ensino-aprendizagem aplicadas neste contexto, para necessárias intervenções e reorientação do sistema de avaliação municipal em suas especificidades.

Um quadro que surge no Ensino Fundamental é o de significativa concentração de jovens com mais de 14 anos nesta etapa da educação, o qual suscita o seu encaminhamento para modalidade de ensino própria a essa faixa etária (Educação de Jovens e Adultos – EJA), oferecida pelo município por meio do Projeto Cidadania.

Cabe ressaltar que, segundo o princípio de Educação para Todos, o conceito de inclusão deve ser considerado de forma abrangente porque se estende aos que se encontram excluídos ou discriminados no sistema pelas deficiências que apresentam em decorrência de seu nível socioeconômico e cultural e das diferenças de gênero, etnia ou credo religioso.

Para cumprir esse compromisso é necessário também que o Poder Público privilegie a utilização das tecnologias educacionais em multimídia e contemple desde a construção física, com adaptações adequadas ao educando com necessidades especiais, até os espaços específicos para a realização de atividades recreativo-pedagógicas e artístico-culturais, concentradas em turno complementar ao do período escolar obrigatório. Tal rotina, flexível e prazerosa, é considerada como um avanço significativo para diminuir as desigualdades sociais e ampliar democraticamente as oportunidades de aprendizagem.

3. OBJETIVOS E METAS DO ENSINO FUNDAMENTAL:



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Volta Redonda
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

01. Aprimorar a universalização do atendimento de toda a clientela do Ensino Fundamental, realizando o Censo Educacional a cada 5 anos para verificar o quantitativo de crianças e adolescentes em idade escolar, residentes no município.
02. Garantir o acesso e a permanência de todas as crianças na escola, através de instrumentos de controle da infrequência e ações intersetoriais sistemáticas no combate aos problemas que provocam a evasão escolar.
03. Inserir, de forma gradativa, em até 4 (quatro) anos, todos os alunos de seis anos de idade, matriculados nos Centros Municipais Integrados de Educação nas escolas de Ensino Fundamental.
04. Garantir a participação de professores e equipe técnica na elaboração das ações implementadas pelo órgão gestor, bem como efetiva aprendizagem que contribua para a regularização do fluxo escolar no que diz respeito à repetência e à evasão, reduzindo em 50%, num prazo de 5 (cinco) anos, as taxas de repetência e evasão.
05. Reestruturar a Proposta Curricular da Língua Portuguesa, implementando, em cada modalidade de ensino, o desenvolvimento de competências específicas no domínio da compreensão e expressão oral, leitura e expressão escrita e do conhecimento específico da Língua.
06. Implantar em parceria com a Secretaria de Saúde e com a Secretaria de Ação Comunitária, equipe de multiprofissionais formada por psicólogo, fonoaudiólogo, odontólogo, fisioterapeuta, terapeuta ocupacional, psicopedagogo, nutricionista, assistente social, neurologista e psiquiatra – garantindo uma equipe por pólo – para atuar com os alunos com dificuldade acentuada de aprendizagem, com a finalidade de minimizar as dificuldades emocionais, psicomotoras, cognitivas e de linguagem desses educandos, num prazo de dois anos.
07. Garantir transporte coletivo gratuito e adaptado às necessidades dos alunos residentes, no mínimo, a 1 (um) quilômetro de distância entre a sua residência e a unidade escolar onde estiverem matriculados, tanto para as aulas nas escolas onde estejam matriculados, quanto para atividades culturais, esportivas, pedagógicas e atendimentos especializados, programados pelas escolas ou órgão gestor da educação.
08. Garantir efetivamente, dentro e fora do espaço escolar, a formação continuada dos professores durante a jornada de trabalho, para aperfeiçoamento da prática e a melhoria da qualidade de ensino.

09. Assegurar, no prazo de 2 (dois) anos, padrões mínimos nacionais de infra-estrutura para o Ensino Fundamental, compatíveis com o tamanho dos estabelecimentos e com a realidade local incluindo:
- a) espaço, iluminação, ventilação, água potável, rede elétrica, segurança e temperatura ambiente;
 - b) instalação sanitária e para higiene (de acordo com o código de postura da Vigilância Sanitária);
 - c) quadras poliesportivas cobertas e iluminadas, espaços para recreação, biblioteca e serviço de merenda escolar;
 - d) adaptações dos edifícios escolares para o atendimento dos alunos com necessidades especiais;
 - e) laboratórios de Ciências, Matemática, Salas de leitura, Artes e Salas de Recursos Multifuncionais;
 - f) espaços para o desenvolvimento de projetos da escola e/ou propostos pelo órgão gestor da educação;
 - g) mobiliário, equipamentos e materiais pedagógicos, inclusive para atender alunos com necessidades educativas especiais;

39



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Volta Redonda
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

- h) telefone e serviço informatizado de reprodução de textos;
 - i) informática e equipamento multimídia para o ensino, de acordo com as normas estabelecidas pelos Conselhos Nacional e Municipal.
 - j) equipamento completo e atualizado de informática com acesso a internet, relativo a 10% do quantitativo de professores da Unidade Escolar para uso exclusivo dos mesmos.
10. Garantir, num prazo de 4 (quatro) anos que 100% das unidades escolares atendam a todos os requisitos previstos na Meta nº 9, observando criteriosamente as normatizações específicas em relação a cada faixa etária e modalidade de ensino.
11. Assegurar a manutenção e consolidação do Programa do Livro Didático pelo Ministério de Educação e criar um espaço de reflexão e análise por uma comissão de professores especialistas de cada disciplina em questão, garantindo adequada abordagem das questões de gênero e etnia e eliminação de textos discriminatórios que produzam e reproduzam estereótipos acerca do papel da mulher, do negro, do indígena e outros.
12. Garantir convênios e parcerias com a União, Estado e outras entidades através de projetos específicos, para ampliar o acervo das Bibliotecas Escolares e Salas de Leitura.

13. Garantir o transporte escolar gratuito para todos os alunos da Rede Municipal de Ensino residentes em área de difícil acesso, bem como para os profissionais dessas unidades escolares.
14. Manter equipes de profissionais qualificados para um efetivo acompanhamento da alimentação escolar.
15. Assegurar que, no cumprimento da carga horária de trabalho de 22 (vinte e duas) horas semanais estejam incluídas 2 (duas) horas para estudos de aperfeiçoamento e de recuperação paralela para atendimento a alunos que apresentem dificuldade acentuada de aprendizagem.
16. Assegurar a ampliação, de forma progressiva no decorrer do Plano, da jornada escolar, para a realização de atividades pedagógicas e desenvolvimento de projetos que venham colaborar para a melhoria do processo ensino-aprendizagem, de acordo com o estabelecido pelas propostas pedagógicas de cada unidade educacional e as diretrizes do órgão gestor visando à escola de tempo integral, que abranja um período de, pelo menos, sete horas diárias, com provisão de professores e funcionários em número suficiente, admitidos através de concurso público, conforme previsto pela Constituição Federal.
17. Garantir a efetivação da municipalização de escolas estaduais do Ensino Fundamental, de acordo com a necessidade das redes em questão, como forma de ampliação da jornada escolar, durante a vigência deste Plano.
18. Assegurar nas unidades escolares de tempo integral, à medida que forem implantadas, no mínimo duas refeições, apoio às tarefas escolares, à prática de esportes e atividades artísticas, nos moldes do Programa de Renda Mínima Associado a Ações Sócio-educativas.
19. Garantir o ensino regular noturno e a modalidade de Educação de Jovens e Adultos, atendendo em 100% a demanda para o Ensino Fundamental.
20. Assegurar a elevação do nível de desempenho dos alunos mediante a implantação de um programa de monitoramento que utilize os indicadores do Sistema Nacional Avaliação da Educação Básica, visando à identificação das dificuldades com o objetivo de promover o redirecionamento do processo.
21. Criar Sistema de Avaliação Diagnóstica de Desempenho da Educação Municipal, para o redirecionamento do processo ensino-aprendizagem, sem fins classificatórios ou de incentivo salarial.
22. Assegurar a Educação Ambiental, as Culturas Africana, Afro-Brasileira e Indígena, a



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Volta Redonda
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

serem desenvolvidas como prática educativa integrada, contínua e permanente conforme as leis nº 9.795/99, 10.639/03 e 11.645/08.

23. Incentivar, a partir da aprovação deste Plano, a criação de Grêmios Estudantis em todas as unidades educacionais de Ensino Fundamental – anos finais.
24. Assegurar que as metas estabelecidas nos capítulos referentes à Educação a Distância, Formação de Professores, Educação Especial e Financiamento e Gestão estejam voltadas para o atendimento pleno desta etapa da Educação Básica, como garantia de um atendimento de qualidade, considerando ser o Ensino Fundamental a prioridade do Município.
25. Ampliar, a partir da aprovação do Plano Municipal de Educação, o quantitativo de Salas de Recursos Multifuncionais que se fizerem necessárias.
26. Reeditar e atualizar anualmente exemplares consumíveis do livro didático “Conhecendo Volta Redonda” como suporte para trabalho nas áreas de História e Geografia, incentivando novas produções relativas ao assunto.
27. Promover de três em três anos a análise e possível revisão da Proposta Curricular da Rede Municipal de Ensino, adequando-a às necessidades educativo-pedagógicas, garantindo a participação da comunidade escolar nas decisões acerca de conteúdos, objetivos, estratégias e concepções de ensino-aprendizagem.
28. Ampliar o quadro de professores itinerantes de acordo com a demanda da clientela de alunos com deficiência, de acordo com as necessidades da Rede, garantindo atendimento satisfatório a todas as unidades escolares da Rede Municipal de Ensino.
29. Programar anualmente projetos que promovam a participação do aluno em eventos culturais como público apreciador e/ou atuante.
30. Garantir, em Calendário Escolar, espaço para Formação Continuada dos professores dos Anos Iniciais e Anos Finais do Ensino Fundamental.
31. Firmar convênios e parcerias com o Governo Federal, Estado e outras Entidades, com vistas à participação em programas que promovam a melhoria da qualidade do ensino do Município.
32. Garantir, no período de vigência deste Plano, a subdivisão em Seções por Modalidade de Ensino da Equipe componente do Departamento Pedagógico da SME para atendimento às unidades escolares.
33. Promover, no primeiro ano de vigência deste Plano, discussão acerca dos critérios de Avaliação e Métodos de Alfabetização na Rede Municipal de Ensino.

34. Criar programa específico de orientação e formação de todos os profissionais da Rede de Ensino do Município no que diz respeito aos alunos com dificuldades de aprendizagem acentuadas.
35. Garantir que, em cumprimento à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o Ensino Médio e a Educação Profissional sejam ampliados ou oferecidos somente após o atendimento de 100% da demanda do Ensino Fundamental e da Educação Infantil.
36. Promover a inclusão dos conteúdos referentes à História e Cultura Africana, Afro-brasileira e dos Povos Indígenas Brasileiros no currículo escolar de forma imediata nas disciplinas de Artes, Língua Portuguesa, História e Geografia, e gradativamente nas demais disciplinas na vigência do Plano.
37. Garantir a qualidade do ensino com a fixação de quantitativo de alunos, compatível com o espaço físico e com as normas da política de inclusão, segundo critérios **a serem fixados pela Secretaria Municipal de Educação.**

41



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Volta Redonda
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

38. Garantir o tratamento igualitário em relação aos critérios de avaliação de todas as disciplinas, incluindo Educação Física, Artes e Língua Estrangeira do Ensino Fundamental.
39. Garantir um auxiliar de educação e o quantitativo de, no máximo, 25 (vinte e cinco) alunos por turma que atenda alunos incluídos, mediante estudo de caso.
40. Respeitar a carga horária do profissional da educação.
41. Garantir concurso público para Secretário Escolar, Auxiliar Administrativo e de Serviços Gerais com a capacitação necessária.

EIXO TEMÁTICO 3:

ENSINO MÉDIO

Coordenadora:

MARILDA ROSA TAVARES

Colaboradores:MÔNICA REGINA PAIVA MARTINS SERAPHIM
MONIQUE CAPOBIANGO MARTINS

1. HISTÓRICO

A história do Ensino Médio do município de Volta Redonda precede à própria história da FEVRE, criada por força da Deliberação 919/68. Aquele se inicia em 1957 no Colégio Municipal Getúlio Vargas (autorizado pela Portaria 363/57) – que funcionava no Grupo

Escolar Presidente Roosevelt – com os cursos Clássico e Científico, nos turnos matutino e noturno, até 1973, quando o colégio já funcionava na sede atual.

Pela decisão 22/72, parecer 32/72 e resolução 10/72, o Colégio Getúlio Vargas passou a ter autorização para ministrar o ensino pré-escolar, alfabetização, primeiro grau, segundo grau (Técnico de Enfermagem, de Contabilidade e de Processamento de Dados) e ensino supletivo. Posteriormente, foram implantados os cursos técnicos de: Edificações, Desenhista de Arquitetura, Secretariado, Desenhista Mecânico, Magistério e Laboratorista de Análises Clínicas. Entre 1969 e 1972, no prédio que, brevemente, abrigará o Colégio Professora Delce Horta Delgado, funcionou a Escola Normal Alcina de Macedo Soares e Silva. Em 1973, o Curso Normal funcionou no Colégio Getúlio Vargas e sua última turma foi em 1974.

Mais tarde, houve a expansão do segundo grau, passando a ser ministrado no Colégio João XXIII (parecer 708/68) com o curso de Técnico de Contabilidade; no Colégio José Botelho de Athayde e no Colégio Professora Themis de Almeida Vieira (parecer 416/94).

O Colégio Professora Delce Horta Delgado só funcionou com turmas de Ensino Médio nos anos de 2003 a 2005 no noturno, já sob a lei nº 9394/96.

Na Fundação, os cursos ministrados eram profissionalizantes, conforme a lei nº 5692/71, e vigorou sob a mesma até 1999. A partir de 2000, com a denominação de Ensino Médio, passou a ser regido pela lei nº 9394/96.

Tendo como parâmetro o Colégio Getúlio Vargas, onde se concentra o número mais significativo de alunos nesta etapa da Educação Básica, verificamos em 1957, início dos Cursos Clássico e Científico, 63 alunos matriculados em duas turmas, uma no diurno e uma no noturno. Em 1959, primeiro ano de conclusão de curso, estavam matriculados 128 alunos em seis turmas, havendo 17 alunos concluintes. Em 1966, havia 43 discentes concluintes do Clássico e Científico.

Em 1971, no segundo grau, havia doze turmas com 462 alunos no total e 44 concluintes. Em 1975, o número de alunos eleva-se para 546, em quatorze turmas de Magistério, Técnicos de Enfermagem, de Edificações, de Contabilidade, Secretariado e Desenhista Mecânico nos turnos matutino e noturno. Houve 103 concluintes. Em 1989, existiam quatorze turmas perfazendo um total de 600 alunos distribuídos nos cursos de Técnicos de Contabilidade, de Processamento de Dados, de Enfermagem, apenas no turno noturno.

42



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Volta Redonda
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

O número de concluintes foi de 186. Em 1994, 720 alunos cursavam o segundo grau em dezesseis turmas de Educação Geral, Técnicos de Contabilidade, de Enfermagem e de Processamento de Dados. Concluintes, 275 alunos. Em 2003, já sob a lei nº 9394/94 e com a atual denominação de Ensino Médio, havia quinze turmas no noturno, totalizando 705 alunos.

Atualmente, a FEVRE possui 1.135 alunos no Ensino Médio, distribuídos nas cinco unidades educacionais, nos turnos matutino e noturno, num total de trinta e cinco turmas, sendo quinze concluintes, conforme se verifica no diagnóstico.

A FEVRE tem sua proposta pedagógica assentada no objetivo de fornecer e propiciar aos seus alunos uma educação fundamentada nos pressupostos básicos do saber científico, sem perder de vista sua formação humanística, proporcionando-lhes o acesso a um conhecimento reflexivo em conformidade com um mercado de trabalho em constante processo de transformação.

Novas circunstâncias corroboram para a necessidade de o Poder Público Municipal estar atento para o fato de que a Educação Básica só poderá ser atendida pelo município em conformidade com o artigo 211 § 2º da Constituição Federal desde que o artigo 11, inciso V da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional seja observado, tendo em vistas as seguintes peculiaridades:

- 1. as mudanças socioeconômicas em curso em nossa cidade e região com a instalação de novas indústrias e implantação de um pólo metalmecânico e automotivo;
- 2. a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores (LDB, capítulo 2, seção IV, art. 35, inciso II), objetivo determinante do Ensino Médio.

2. DIAGNÓSTICO

De acordo com os dados contidos no Censo Escolar de 2007, o município de Volta Redonda tem uma população escolar de 13.419 alunos no Ensino Médio, distribuída nas redes municipal, estadual e particular de ensino e com tendência a crescer, tendo em vista a universalização do Ensino Fundamental. Nesse cômputo, não estão inclusos os alunos de Educação de Jovens e Adultos e de Adultos Semipresencial. (tabelas 1,2 e 3)

Tabela 1

NÚMERO DE ALUNOS MATRÍCULADOS NO ENSINO MÉDIO DE 2003 A 2007

	BRASIL	RIO DE JANEIRO	VOLTA REDONDA
2003	9.072.942	763.817	17.857
2004	9.169.357	770.658	17.704
2005	9.031.302	759.825	13.419
2006	8.822.246	731.754	15.984
2007	8.356.063	642.326	13.419

Tabela 2

NUMERO DE ALUNOS MATRICULADOS NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO –
ENSINO MÉDIO DE 2003 A 2007

	BRASIL	RIO DE JANEIRO	VOLTA REDONDA
--	--------	----------------	---------------



Estado do Rio de Janeiro
 Prefeitura Municipal de Volta Redonda
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

2003	711.453	12.663	1.321
2004	189.331	12.051	1.422
2005	192.863	10.796	1.406
2006	186.045	10.397	1.395
2007	163.177	10.206	1.406

Tabela 3

**DISTRIBUIÇÃO DE MATRÍCULA NO ENSINO MÉDIO NESTA SÉRIE DE ANOS POR
 DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA***

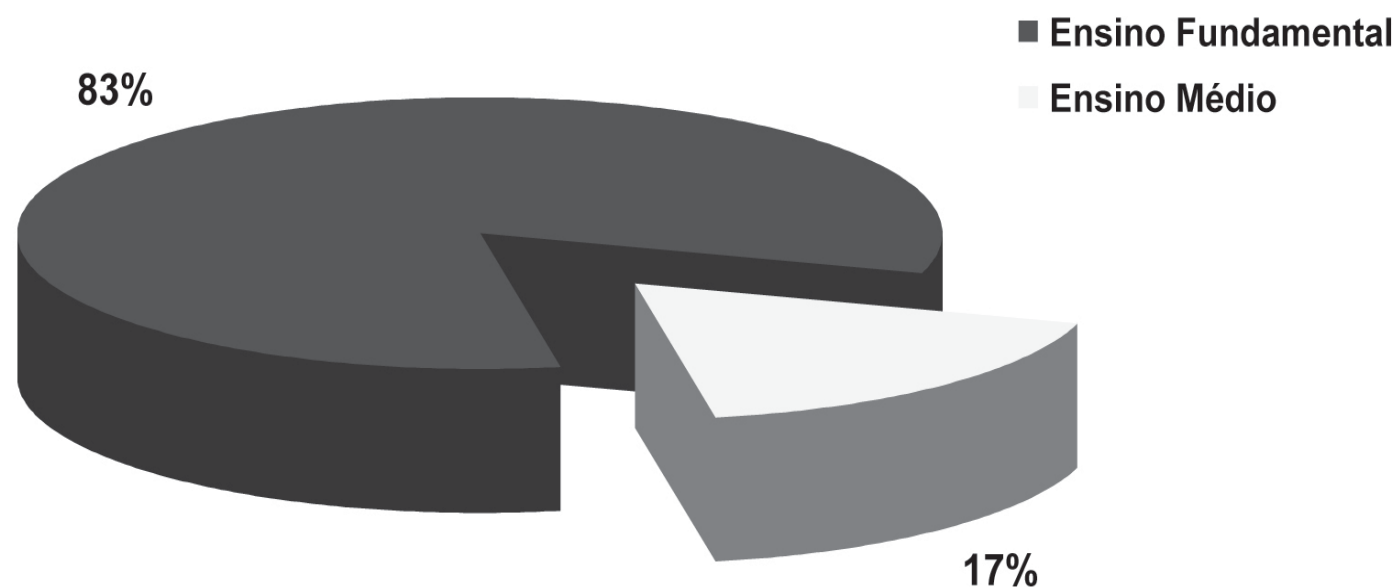
	2003	%	2004	%	2005	%	2006	%	2007	%
TOTAL	17857	100	17704	100	16675	100	15984	100	13419	100
ESTADUAL	11187	71	11281	68	10699	80,4	10300	65	9551	76
MUNICIPAL	1321	7,4	1422	8	1406	10,5	1395	8,7	1406	10,5
PRIVADA	5349	21,6	5001	24	4570	9,1	4289	26,3	2462	13,5

* Nesta tabela não estão incluídos os alunos da Educação Profissional e Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Nesta etapa da Educação Básica, cabe ao Estado a maior parcela de atendimento, 71,2% do total de matrículas, seguido pela rede privada, com 18,3%, e, por último, a Rede Municipal (FEVRE) com 10,5% numa equivalência de 17% do total de alunos atendidos pela Fundação Educacional de volta Redonda. (*tabela 4*)

Tabela 4

PORCENTAGEM DE ALUNOS POR MODALIDADE DE ENSINO



44



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Volta Redonda
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

O Ensino Médio, em âmbito nacional, atende, majoritariamente, jovens e adultos com idade acima da prevista para este nível de ensino, sendo que 54,8% dos alunos estudam à noite.

Na rede municipal de ensino de Volta Redonda (FEVRE) ocorre o inverso. A faixa etária dos alunos que ingressam no Ensino Médio é cada vez menor. Atualmente, há um grande número de jovens iniciando-o com 15 anos. Essa faixa etária sinaliza uma continuidade ininterrupta dos estudos. Desse total de alunos do Ensino Médio, 52,8% são do gênero masculino e 47,2%, feminino. (*tabelas 5 e 6*).

Tabela 5

DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE (%) – REDE MUNICIPAL - FEVRE

ANO	(%)
2001	56,2
2005	55,6
2007	28,5

Tabela 6

DISTORÇÃO IDADE-CONCLUSÃO (%) – REDE MUNICIPAL - FEVRE

ANO	(%)
2001	51,9
2005	35,8
2007	34,4

As tabelas 7 e 8 mostram os índices de evasão e retenção no Ensino Médio da FEVRE entre 2004 e 2007. Todos os professores da FEVRE são graduados, sendo que 54,7% possuem especialização *lato-sensu* e 3,7%, mestrado.

Tabela 7

ANO	EVASÃO
2004	11,3%
2005	6,3%
2006	10,2%
2007	6,1%

Tabela 8

ANO	RETENÇÃO
------------	-----------------



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Volta Redonda
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

2004	11,7%
2005	7,1%
2006	11,7%
2007	19,9%
MÉDIA	12,6%

AVALIAÇÃO EXTERNA – CONCLUINTES DO ENSINO MÉDIO
ENEM - 2007

Através da tabela 9 verifica-se desempenho satisfatório dos alunos da Rede Municipal de Ensino, que apresentam média superior à nacional e à estadual.

Tabela 9

	Rede Particular		Rede Estadual		Rede Municipal		Média 3 Redes	
	Obj.	Obj. + red.	Obj.	Obj. + red.	Obj.	Obj. + red.	Obj.	Obj. + red.
Brasil	65,45	63,57	43,82	48,09	43,88	48,22	48,20	51,23
U.F.	67,77	65,65	44,33	48,05	48,94	51,86	50,75	53,02
V.R.	66,04	63,55	46,05	43,71	50,79	52,12	50,45,	52,70

De acordo com os dados estatísticos de 2008, na Rede Municipal de Educação, através da FEVRE, constam 1.135 alunos matriculados no Ensino Médio, distribuídos nas 5 (cinco) escolas da Fundação.(*tabela 10*) Desse total, 21,2% cursam a 1ª série, 36,8% cursam a 2ª série e 42%, a 3ª série. Isso representa seis turmas de 1º ano, 14 de 2º ano e 15 de 3º. (*tabela 11*)

Tabela 10



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Volta Redonda
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

NÚMERO DE ALUNOS POR ANO DE ESCOLARIDADE
ENSINO MÉDIO

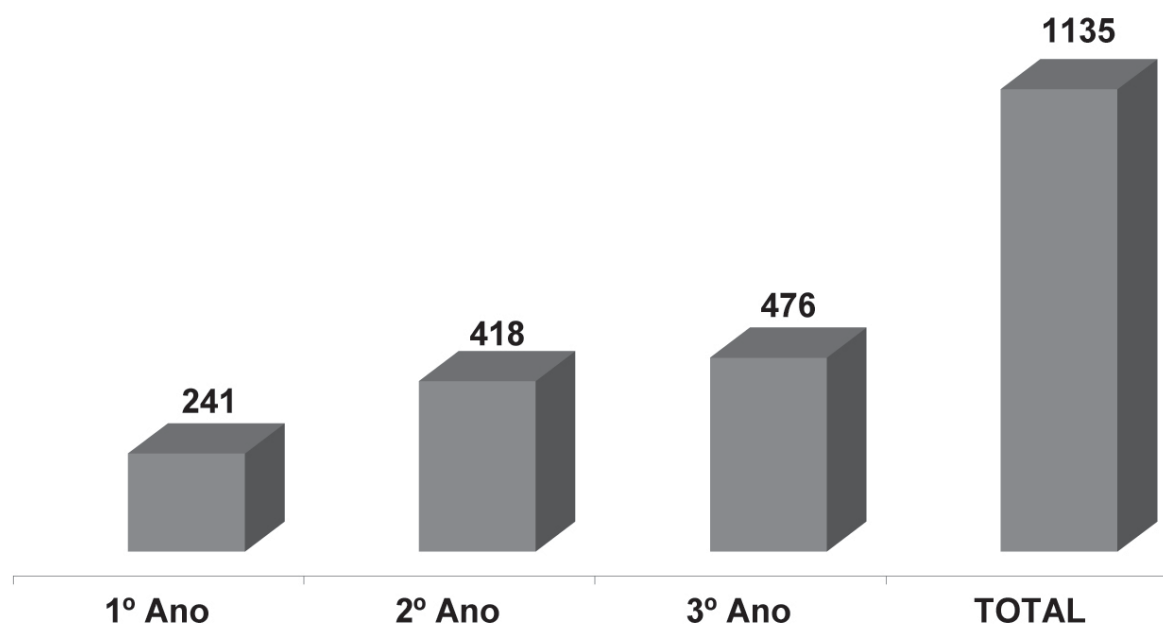
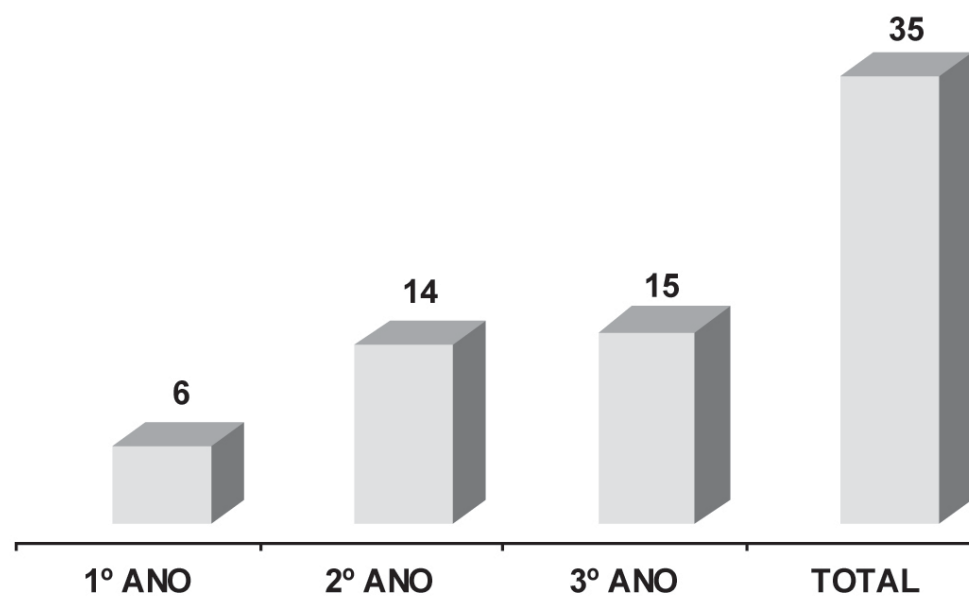


Tabela 11

NÚMERO DE TURMAS POR ANO DE ESCOLARIDADE



3. DIRETRIZES

A política de Educação do município de Volta Redonda voltada para o Ensino Médio deve levar em consideração o artigo 211 § 2º da Constituição Federal que estabelece a atuação prioritária do município no Ensino Fundamental e na Educação Infantil. O desafio maior do Poder Público Municipal é garantir a todos os alunos que completarem o Ensino Fundamental condições de acesso, de permanência e de conclusão da Educação Básica, vista como um direito social.

Integrante do Sistema Municipal, a Fundação Educacional de Volta Redonda – composta de cinco unidades de ensino, a saber: Colégio Getúlio Vargas, Colégio João XXIII, Colégio José Botelho de Athayde, Colégio Profª. Themis de Almeida Vieira e Colégio Profª. Delce Horta Delgado –, além de oferecer o Ensino Fundamental, é gestora do Ensino Médio. Uma vez que a FEVRE não tem condições de atender a todos os concluintes do 9º ano – que, no ano em curso, perfazem um total de 3.079 alunos – 1.308 da FEVRE, 1.385 da SME

47



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Volta Redonda
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

(Regular) e 386 da EJA/SME, faz-se necessário que Município e Estado promovam articulações para que todos os discentes sejam atendidos.

A FEVRE possui uma equipe de implementação que atua como suporte pedagógico aos docentes do Ensino Médio, através da promoção de sessões de estudo, atendimento aos professores, tanto em suas respectivas disciplinas, bem como nas áreas de conhecimento, buscando fomentar práticas interdisciplinares e de contextualização do processo ensino-aprendizagem e por área e visitas às escolas. Em parceria com a Secretaria Municipal de Educação, promove palestras, oficinas e encontros pedagógicos para garantir a formação continuada de seus professores.

Em consonância com os relatórios-síntese enviados pelas unidades escolares após discussão nos dias 12 e 13 de agosto passado próximo, verifica-se que ainda há necessidade de adequação do espaço físico, iluminação, ventilação e insolação dos prédios escolares; reforma e construção de instalações sanitárias; construção, ampliação e manutenção de espaço para prática esportiva e recreativa; atualização constante do acervo bibliotecário para disponibilização aos alunos em quantidade suficiente; adaptação dos prédios escolares para garantia da acessibilidade; instalação de laboratórios; renovação e manutenção dos equipamentos de informática com conexão a internet e de multimídia para o ensino; aquisição de equipamentos didático-pedagógicos de apoio ao trabalho em sala de aula. É preciso também que haja uma parceria entre a FEVRE e as escolas especializadas – a fim de atender os alunos portadores de necessidades especiais – e entre a FEVRE e universidades e órgãos de fomento à pesquisa, com a finalidade de capacitar o docente e de proporcionar ao aluno uma integração entre a Educação Básica e a Superior.

Para o progresso de uma sociedade em contínua transformação, marcada pela crescente incorporação de novas tecnologias, com novas formas de organização do trabalho e de organização social a exigir novos saberes, novos conhecimentos, novas habilidades, aprendizado contínuo de novos códigos, é imprescindível um currículo articulado a ser desenvolvido em toda e qualquer escola que ofereça, sob a denominação de Ensino Médio, a etapa final da Educação Básica, necessária ao progresso de vida de qualquer indivíduo, em qualquer sociedade.

Valores estéticos, políticos e éticos – fundamentais e universais na formação das individualidades e da cidadania – devem orientar a organização do currículo de um Ensino Médio configurando o processo ensino-aprendizagem numa linha pontilhada a ligar três vértices: aprender a fazer, aprender a conhecer e conviver, aprender a ser.

Como estruturadores do currículo, devem estar presentes os princípios pedagógicos da identidade, da diversidade e da autonomia, da interdisciplinaridade e da contextualização.

4. METAS E AÇÕES DEFINIDAS PARA O ENSINO MÉDIO

01. Implementar, no prazo de um ano a partir da aprovação deste Plano, uma política de gestão e infra-estrutura física no Ensino Médio de acordo com as metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação, adequando-as à realidade financeira do Município e às exigências constitucionais.
02. Revisar, num prazo máximo de 2 (dois) anos, a concepção curricular adotada para o Ensino Médio em conformidade com as diretrizes curriculares do Ensino Médio.
03. Reduzir em 30%, no prazo de 2 (dois) anos, os índices de evasão no Ensino Médio.
04. Reduzir em 30%, no prazo de 5 (cinco) anos, os índices de retenção no Ensino Médio.
05. Elevar os índices de desempenho dos alunos do Ensino Médio, tendo como base o desempenho de cada unidade escolar nos exames nacionais – SAEB e ENEM.
06. Elaborar, no prazo de 1 (um) ano, padrões mínimos de infra-estrutura para o Ensino Médio, incluindo:

48



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Volta Redonda
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

- a) espaço físico, iluminação, ventilação e insolação dos prédios escolares;
- b) instalações sanitárias e condições para manutenção da higiene;
- c) espaço para prática esportiva e recreação;
- d) biblioteca com acervo atualizado, em quantidade suficiente, incluindo material bibliográfico de apoio ao professor e aos alunos;

- e) adaptação dos prédios escolares para atendimento dos alunos portadores de necessidades especiais;
 - f) instalação de laboratórios;
 - g) informática, conexão a internet e equipamentos de multimídia para o ensino;
 - h) equipamentos didático-pedagógicos de apoio ao trabalho em sala de aula;
 - i) contratação, através de concurso público, de profissionais na área de informática.
07. Assegurar que, em 2 (dois) anos, todas as escolas estejam equipadas dentro dos padrões estabelecidos no sétimo item.
08. Assegurar a autonomia das escolas, tanto no que diz respeito ao projeto pedagógico como em termos de gerenciamento de recursos humanos e financeiros.
09. Estabelecer, no prazo de 1 (um) ano a partir da aprovação deste Plano, programas de formação continuada para os docentes, profissionais e gestores que atuarem no Ensino Médio.
10. Estabelecer, no prazo de 1 (um) ano a partir da aprovação deste Plano, capacitação em serviço de docentes do Ensino Médio para trabalhar com alunos portadores de necessidades especiais.
11. Apoiar, incentivar e garantir a formação de organizações estudantis e conselhos escolares ou equivalentes, fortalecendo a participação da comunidade escolar no exercício da cidadania.
12. Estabelecer uma política para a educação profissional e técnica para o município, que contemple a sua integração ao Ensino Médio, que seja preferencialmente através de convênios com instituições públicas e privadas que ministrem essa modalidade de ensino.
13. Desenvolver a Educação Ambiental, tratada como Tema Transversal, como uma prática educativa integrada, contínua e permanente, em conformidade com a Lei nº 9795/99.
14. Promover a inclusão dos conteúdos referentes à História e Cultura Afro-brasileira e dos Povos Indígenas Brasileiros no currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística, Literatura e História Brasileira, de acordo com as Leis 10.639/03 e 11.465/08.
15. Implantar em parceria com a Secretaria de Saúde e através de convênios com instituições de Ensino Superior, equipe de multi-profissionais formada por psicólogo, fonoaudiólogo, fisioterapeuta, terapeuta ocupacional, psicopedagogo, nutricionista, assistente social, neurologista, médico, psiquiatra e odontólogo, para atuar com os alunos com dificuldade acentuada de aprendizagem, com a finalidade de minimizar as dificuldades emocionais, psicomotoras, cognitivas e de linguagem desses educandos.
16. Realizar concurso público para ocupação de cargos de apoio e técnico-administrativo nas unidades escolares.
17. Reduzir os índices de repetência, mantendo o sistema de progressão parcial, através de aulas presenciais em horário diferenciado ao das aulas regulares e implementando procedimentos metodológicos que assegurem a qualidade social do ensino oferecido.

18. Estabelecer parceria entre a FEVRE, universidades e órgãos de fomento à pesquisa com a finalidade de capacitar o docente e proporcionar ao aluno uma integração entre a Educação Básica e a Superior.

49



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Volta Redonda
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EIXO TEMÁTICO 4:

EDUCAÇÃO SUPERIOR

Coordenadora:

LÚCIA MARIA PEREIRA DA SILVA COSTA

Colaboradores:

DAGOBERTO MARTINS DE OLIVEIRA

EDEGAR DORNAS

NELMA MARQUES DE OLIVEIRA

RONALDO AUAD MOREIRA

1. APRESENTAÇÃO:

A Constituição Federal define, no § 2º do art. 211, a responsabilidade dos municípios no que se refere à área educacional e define como prioritária a sua atuação no Ensino Fundamental e na Educação Infantil.

Cabe, no entanto, ao Poder Público Municipal, através do Plano Municipal de Educação, estabelecer diretrizes e metas para a Educação Superior no município, negociando ações e recursos das esferas competentes e, principalmente dialogando com os responsáveis por esse nível de escolarização.

Este Plano precisa pensar a educação do Município como um ser coletivo, que busca a sua vocação econômica, que cresce cultural e tecnologicamente. Num mundo em que o conhecimento supera os recursos materiais como fator de desenvolvimento humano e num país marcado por desigualdades, as Instituições de Ensino Superior – IES – têm muito a fazer, no conjunto dos esforços nacionais, para que se possa estar à altura das exigências e desafios do século XXI.

A oferta de educação básica de qualidade para todos encontra-se em grande parte nas mãos dessas instituições, na medida em que lhes compete primordialmente a formação dos profissionais do magistério, a formação dos quadros profissionais, científicos e culturais de nível superior, a produção da pesquisa e inovação e a busca de soluções para os problemas atuais.

Tais considerações, feitas no Plano Nacional de Educação, reforçam a tese de que, não só por parte das universidades, mas também das outras instituições de curso superior (Centros Universitários e Faculdades), deve haver uma estreita articulação entre esse nível de ensino e os demais, como também um compromisso com o conjunto do sistema educacional brasileiro.

No caso específico do município de Volta Redonda, coube à comissão elaboradora deste eixo temático fazer um retrato da oferta do Ensino Superior no Município, identificando os entraves e as possibilidades de cumprir esse compromisso, do qual deve resultar um ensino de qualidade que possibilite ao egresso a inserção no mercado de trabalho.

2. DIAGNÓSTICO:

Há exatos dez anos, o INEP/MEC divulgou que a Educação Superior enfrentaria, no Brasil, sérios problemas que se agravariam se o Plano Nacional de Educação não estabelecesse uma política que promovesse sua renovação e desenvolvimento. O quadro apresentado era o seguinte:

50



TABELA 1

QUADRO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL – 1998

ENSINO SUPERIOR	TOTAL	FEDERAL	ESTADUAL	MUNICIPAL	PARTICULAR
INSTITUIÇÕES	973	57	74	78	764
CURSOS	6.950	1.338	1.125	507	3.980
INGRESSOS	651.353	89.160	67.888	39.317	454.988
VAGAS OFERECIDAS	776.031	90.788	70.670	44.267	570.306
VAGAS NÃO PREENCHIDAS	124.678	1.628	2.782	4.950	115.318

Fonte: INEP/MEC – dados referentes a 1998

A análise da Tabela 1, com dados referentes ao ano de 1998, demonstra a situação deficitária desse nível de ensino, no que se refere à quantidade de IES no Brasil.

A preponderância da oferta de vagas e o número de instituições de ensino da categoria privada são dados que revelam a pouca atuação do Poder Público no Ensino Superior.

Se forem considerados os indicadores econômicos e sociais, bem como a necessidade de promover uma política de desenvolvimento, os esforços da União deveriam estar concentrados na expansão das universidades públicas.

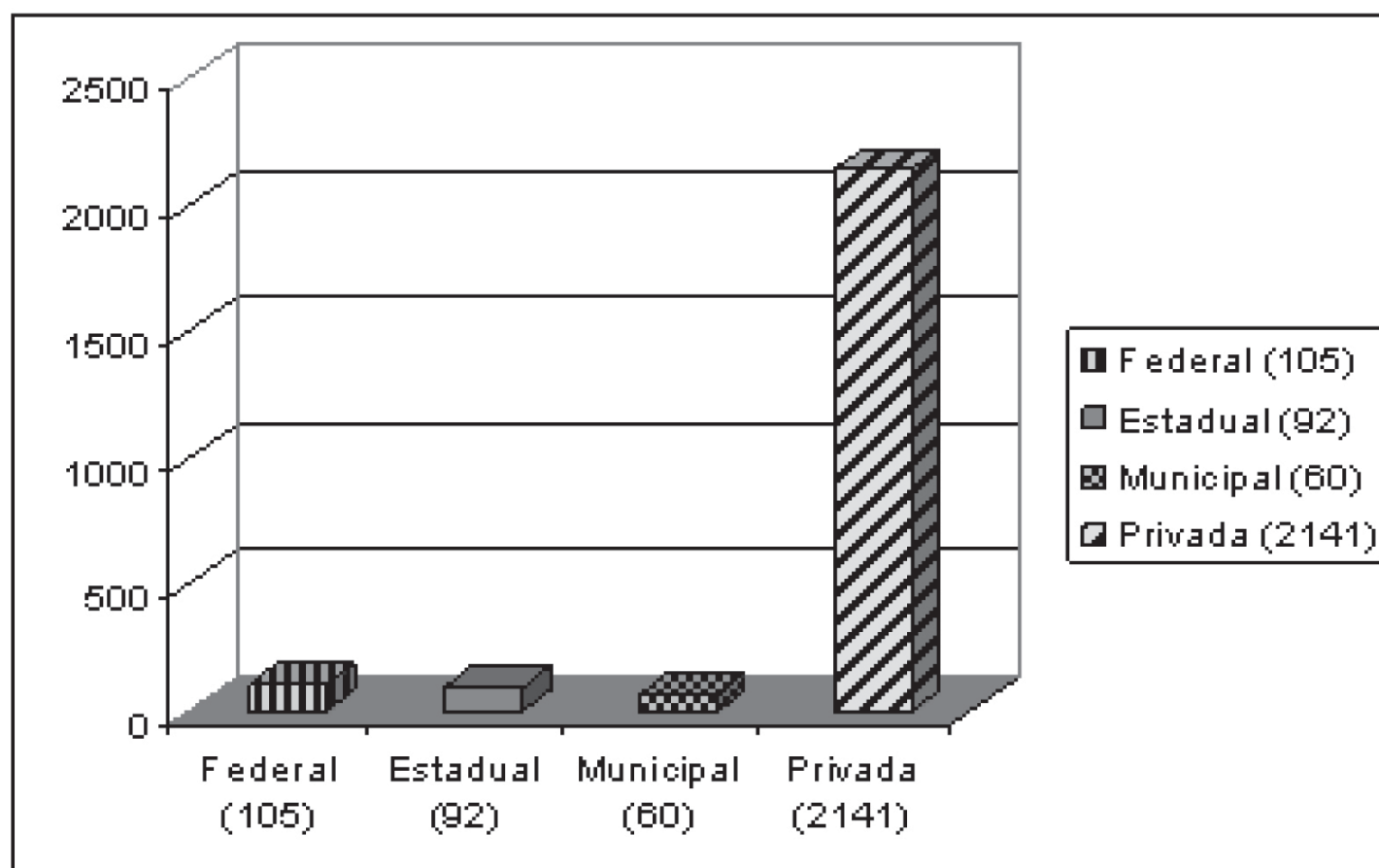
Quanto ao número de ingressos no Ensino Superior, os dados permitem inferir que foram preenchidas 84% das vagas oferecidas no ano mencionado.

A comparação entre a realidade do Brasil nos anos de 1998 e 2006 assinala uma extraordinária expansão desse nível de ensino, representada pelo total de 2398 Instituições de Ensino Superior, das quais 105 são mantidas pela União, 92 pela esfera estadual, 60 pelos municípios e 2141 pela rede privada, conforme se observa no gráfico abaixo.

GRÁFICO 1

IES POR CATEGORIA ADMINISTRATIVA - BRASIL

Fonte – Censo de 2005 – MEC/INEP/DEAES



51



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Volta Redonda
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Esse crescimento da ordem de 146.5%, entretanto, não correspondeu a uma mudança no quadro de distribuição de IES por dependência administrativa, onde continua se destacando a atuação da rede de ensino privada.

No ano de 2006 foram oferecidas 2.429.737 vagas no Ensino Superior e ingressaram 1.349.066 alunos, o que corresponde ao preenchimento de apenas 57% do total de vagas oferecidas.

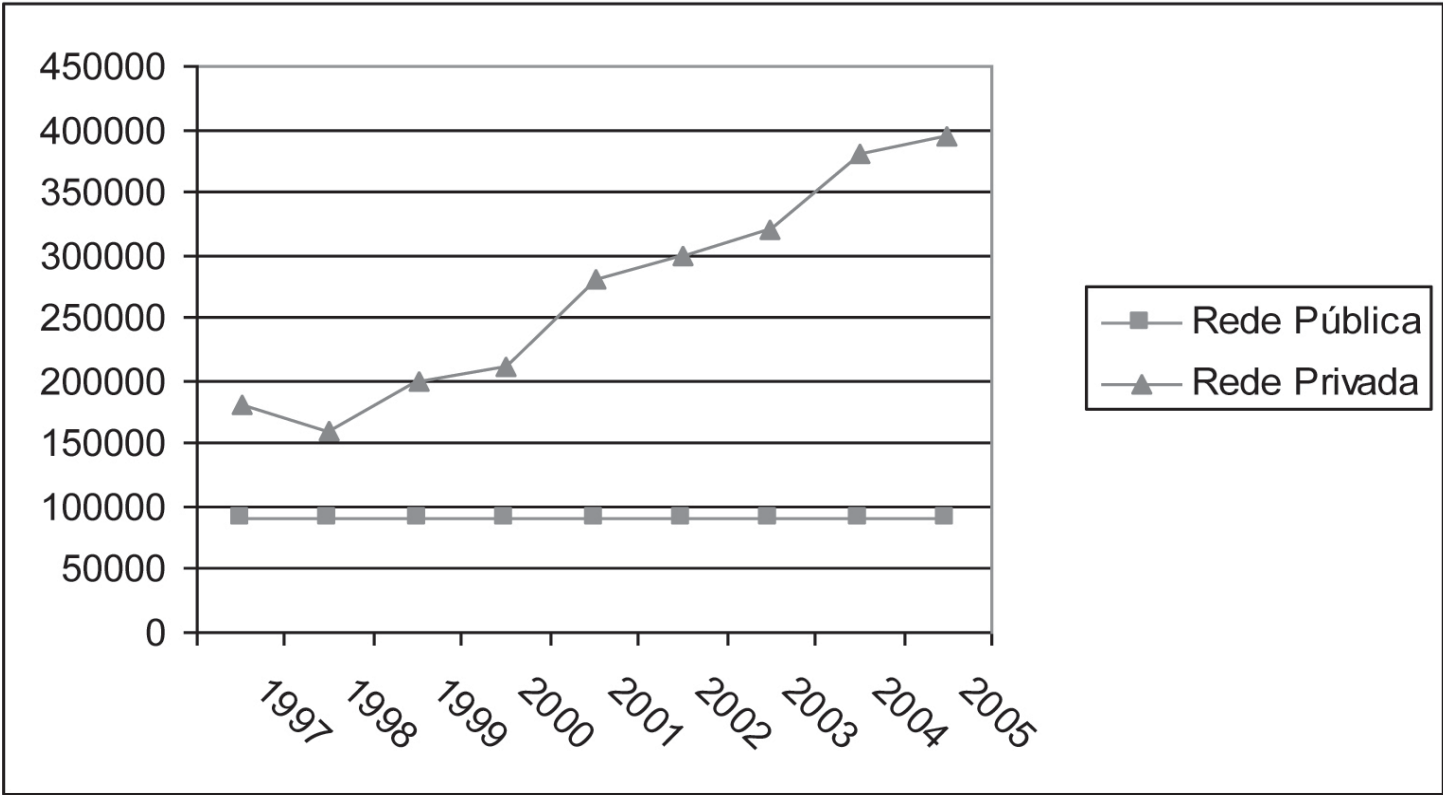
Entretanto, o crescimento da rede de Ensino Superior, uma das condições indispensáveis para a democratização do acesso, não proporcionou o aumento do número de ingressantes, como logicamente se poderia supor.

Embora faltem outros elementos para uma análise mais fundamentada, dentre eles, o perfil econômico e social do universo dos vestibulandos, pode-se depreender – face às discussões a respeito da baixa qualidade da Educação Básica – que esse fator pode ter contribuído de forma significativa para o quadro apresentado.

O Estado do Rio de Janeiro também divulgou o diagnóstico dos problemas que afetam as IES públicas. De acordo com o que foi apresentado no I Seminário Interno, parte dos dados que têm como fonte o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Institucionais Anísio Teixeira – INEP – mostram que, na última década, manteve-se estagnado o número total de matrículas nos cursos presenciais de graduação e que, por outro lado, nesse mesmo período, na rede privada o número de matrículas cresceu enormemente, conforme ilustra o gráfico abaixo.

GRÁFICO 2

EVOLUÇÃO DAS MATRÍCULAS NAS IES-RJ
CURSOS PRESENCIAIS DE GRADUAÇÃO
PERÍODO ENTRE 1997 – 2005



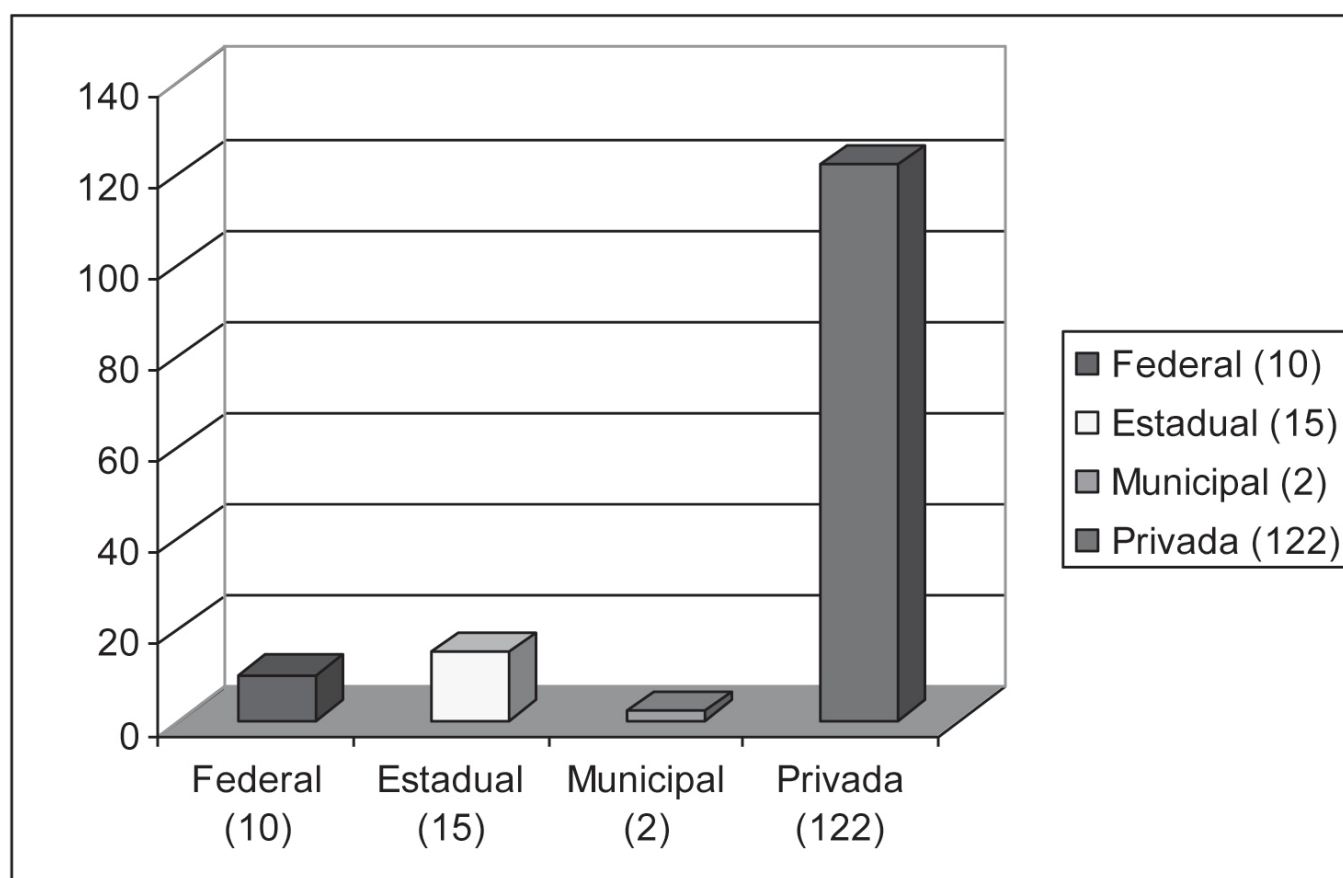
Ao lado do crescimento das matrículas na rede privada e a sua estagnação na rede pública do Estado do Rio de Janeiro, os dados do Gráfico 3 informam que em 2006, à semelhança do gráfico 1 de IES no Brasil, a rede privada de Ensino Superior dessa unidade da federação supera todas as demais redes que são mantidas pelos setores públicos.



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Volta Redonda
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

GRÁFICO 3

ESTADO DO RIO DE JANEIRO – IES POR CATEGORIA ADMINISTRATIVA - 2006
Fonte –MEC/INEP/DEAES



A demanda por formação de nível superior está sendo atendida pela oferta de matrículas na rede privada.

A situação do Ensino Superior no Brasil e no Estado do Rio, embora retratada de forma geral no presente diagnóstico, reflete-se também no município de Volta Redonda.

O município de Volta Redonda possui atualmente 15.969 alunos matriculados no Ensino Médio e 4.267 na Educação Profissional (nas modalidades concomitante e subsequente), cujo atendimento é feito por instituições de ensino das categorias pública e privada. Essa população escolar constitui, a curto e médio prazo, a demanda potencial a ser atendida pelas instituições de Ensino Superior do município.

Tabela 2

INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR DO MUNICÍPIO DE VOLTA REDONDA
POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA – 2005 A 2007

DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA	2005	2006	2007	2008
FEDERAL	01	01	01	01
ESTADUAL	01	01	01	01
MUNICIPAL	-	-	-	-
PRIVADA	4	4	4	4

Observa-se através da análise da Tabela 2 que Volta Redonda reproduz no cenário educacional a mesma estrutura distributiva de IES do País e do Estado.

Conta apenas com uma instituição federal, a Universidade Federal Fluminense (UFF), que funcionava na época de sua inauguração com o Curso de Engenharia Metalúrgica, atendendo alunos a partir do 3º período.

Atualmente, a UFF é uma das instituições participantes do Pólo Universitário de Volta Redonda, que é integrado também pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

53



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Volta Redonda
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

A implantação desse Consórcio Pólo Universitário de Volta Redonda teve por objetivo promover o desenvolvimento socioeconômico da região, através da formação de mão-de-obra especializada e qualificada. Um novo campus da UFF foi inaugurado em Volta Redonda, com cursos de graduação de Engenharia de Agro negócios, Administração de Empresas, Engenharia de Produção e Engenharia Mecânica, além da Engenharia Metalúrgica que foi incorporada ao novo campus.

O Poder Público Municipal cumpriu o seu papel de parceiro, oferecendo o suporte necessário para que a ampliação da UFF atendesse ao cronograma estabelecido. Intermediou também, junto ao Governo do Estado, a cessão do espaço onde será construído um segundo campus para abrigar cursos da Escola de Ciências Humanas e Sociais, que vai oportunizar a ampliação de ofertas e de opções para os concluintes do ensino médio do município.

A esfera estadual tem assegurada a sua presença no município, através do funcionamento do Centro de Educação a Distância do Estado do Rio de Janeiro (CEDERJ), que oferece Cursos de Ensino Superior.

Na esfera privada, o município conta com 03 (três) Centros Universitários, e 01 (uma) Faculdade.

Os Centros Universitários instalados em nosso município são assim denominados: Centro Universitário de Volta Redonda – UNIFOA –, Centro Universitário Geraldo Di Biase – UGB – e Centro Universitário Barra Mansa – UBM. Essas instituições têm mais de quarenta anos de relevantes serviços prestados ao Município, habilitando profissionais das mais diversas

áreas de conhecimento.

A Faculdade Sul Fluminense, mantida pelo Instituto de Cultura Técnica Sociedade Civil Ltda., foi criada no ano de 2000 e tem uma atuação fortemente voltada para a área tecnológica.

A distribuição de matrículas no Ensino Superior na modalidade presencial registra mais uma vez que a oferta de vagas e o atendimento à demanda têm sido realizados pela rede privada ao longo desses anos.

Tabela 3

QUADRO DE MATRÍCULAS NO ENSINO SUPERIOR – 2005 A 2007 – MODALIDADE PRESENCIAL

DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA	2005	2006	2007
FEDERAL	829	935	1042
ESTADUAL	-	-	-
MUNICIPAL	-	-	-
PRIVADA	14.691	16.216	17.758
TOTAL	15.520	17.151	18.800

Fonte – Secretaria das IES: UFF / UGB / UBM / UNIFOA / FASF

Observa-se que cabe à rede privada a maior parcela de matrículas, representada por 94,6% em 2005, contra 5,4% da rede pública; 94,5% em 2006 e 5,4% da pública: e 94,5% em 2007 contra 5,5% da categoria pública.

Os números demonstram uma expansão do número de ingressantes no Ensino Superior, favorecida pela diversificação da oferta de cursos e pela adesão das IES da rede privada aos Programas de Bolsas do Governo Federal PROUNI e FIES e pela utilização do ENEM como instrumento de processo seletivo.

Apesar da política de descentralização e interiorização do Governo Federal, muitos esforços precisam ser feitos para que haja mudanças significativas neste quadro educacional.

Em relação ao Ensino Superior a Distância, o município conta com o CEDERJ – que funciona no Pólo Professor Darcy Ribeiro e atende a 1094 alunos, dos quais 979 encontram-se matriculados nos cursos de licenciatura e 115 freqüentam o curso de Tecnologia em Sistema de Informática.



Se for considerado o conjunto da população escolar desse nível de ensino, que compreende os alunos matriculados em cursos presenciais e os que participam dos cursos de educação a distância, o município apresenta um total de 19.894 alunos, freqüentando os

estabelecimentos de Ensino Superior.

Esse crescimento, no entanto, vem acompanhado de algumas dificuldades que enfrentam as IES – notadamente as da rede privada.

Grande parte dos alunos não apresentam situação financeira que lhes permita arcar com as mensalidades dos cursos; os níveis de inadimplência são altos e muitos se evadem.

Esse entrave tem encontrado respostas nas ações afirmativas adotadas pelo Governo Federal através dos Programas de Bolsas de Estudos (FIES e PROUNI), das bolsas filantrópicas, da celebração de vários convênios com entidades, instituições e com as Prefeituras, onde se inclui a de Volta Redonda, que tem permitido a concessão de descontos nas mensalidades dos alunos. Esses mecanismos viabilizam o ingresso e asseguram a permanência dos alunos nas IES privadas.

Tabela 4

NÚMERO DE ALUNOS BOLSISTAS DO PROGRAMA DE FINANCIAMENTO DO ENSINO SUPERIOR (FIES) E BOLSISTAS DA PRÓPRIA INSTITUIÇÃO:

IES	BOLSISTA					
	FIES		INSTITUIÇÃO		PROUNI	
	2006	2007	2006	2007	2006	2007
UBM	-	06	-	-	-	637
UGB	24	05	2.104	2.592	192	119
UniFOA	76	99	145	15	8	19
FASF	-	-	94	102	-	-

Cumpre ainda assinalar nesse diagnóstico a existência de um número considerável de alunos que apresentam sérias deficiências no que concerne a habilidades e competências, as quais deveriam ter sido adquiridas e desenvolvidas durante o percurso realizado na Educação Básica.

As Instituições de Ensino Superior da categoria privada são as que mais sofrem as conseqüências da realidade anteriormente apontada.

O perfil dos alunos que ingressam em IES privadas na região, com algumas exceções, é o de um aluno que trabalha no comércio ou em outras áreas econômicas durante todo o dia e que não teve, em grande maioria, condições de se preparar para competir, com chances reais, para o processo seletivo das Universidades Públicas, cuja oferta de vagas ainda é insuficiente para atender à demanda.

Esse aluno, portanto, procura a rede privada, que por ter expandido sua oferta no município, lhe oferece maiores possibilidades de ingresso e com a vantagem de poder conciliar trabalho e vida acadêmica.

Com a finalidade de garantir a qualidade do ensino ofertado, as IES da rede privada têm-se utilizado de vários mecanismos e estratégias de caráter equalizador.

A Educação Superior, em decorrência de sua importância e função social, deve ser direcionada para o necessário crescimento e diversificação dessa modalidade de ensino, em

prol das formações adequadas às expectativas sociais, culturais, científicas, humanísticas e tecnológicas que se impõem na sociedade moderna.

Nesse sentido, as IES das esferas pública e privada do município têm-se voltado para oferecer cursos que atendam às expectativas da população escolar e às necessidades e vocação econômica da região.

55



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Volta Redonda
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Foram identificadas nessa pesquisa os seguintes cursos como os mais procurados:

Tabela 5

**QUADRO DO ENSINO SUPERIOR EM VOLTA REDONDA
CURSOS MAIS PROCURADOS NOS ÚLTIMOS QUATRO ANOS**

CURSOS
Administração
Artes Visuais
Arquitetura e Urbanismo
Ciências Biológicas (Licenciatura e Bacharelado)
Ciências Contábeis
Comunicação Social
Computação
Direito
Educação Física
Enfermagem
Engenharia Civil
Engenharia Ambiental
Engenharia Mecânica
Engenharia de Produção
Farmácia
Fisioterapia
Geografia

História
Letras
Matemática
Medicina
Medicina Veterinária
Nutrição
Odontologia
Pedagogia
Serviço Social
Sistemas de Informação
Graduação Tecnológica (2 anos)

Fonte: UBM, UGB, UniFOA, FASF, UFF, CEDERJ

O que fica claro é que a transição para o século XXI foi marcada por mudanças tão velozes e tão radicais na vida dos cidadãos de todos os países, que a universidade, como é conhecida e funciona hoje, pode virar história tão rapidamente quanto se transformam o mercado de trabalho ou os sistemas de comunicação e transmissão de conhecimentos.

A universalização do acesso às universidades e a flexibilização do sistema de ensino superior para atender às novas demandas do mercado de trabalho e das relações entre as pessoas são os temas dominantes nas comunidades acadêmicas.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional flexibilizou a legislação que engessava o ensino universitário ao estender a instituições que comprovaram alta qualificação para o ensino atribuições de autonomia universitária (§ 2º art.54).



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Volta Redonda
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

3. DIRETRIZES:

3.1. DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO AO ENSINO SUPERIOR SEM PERDER A QUALIDADE DO ENSINO

Esta diretriz tem sido exercida pelas IES do município com muita propriedade. A manutenção do alunado da região no Ensino Superior – com todas as deficiências básicas por ele apresentadas ao ingressar na IES privada – é um desafio. Parte desse desafio é superada pelos programas institucionais que permitem trabalhar com o aluno na superação dessas dificuldades, permitindo que se faça um balizamento de conteúdos essenciais ao cumprimento dos currículos dos cursos:

- Avaliação Diagnóstica para verificar pré-requisito e deficiências.
- Programa de Nivelamento
- Programa de Recuperação Paralela

O Programa de Nivelamento funciona para recuperar conteúdos pertinentes que possibilitem a adaptação progressiva do aluno, programa preconizado pela proposta pedagógica dos cursos das IES.

Essa situação, no entanto, não pode perdurar por muito tempo. É indispensável a melhoria da qualidade do ensino da Educação Básica para que os egressos do Ensino Médio apresentem condições necessárias ao prosseguimento dos estudos e com sucesso.

A democratização do acesso ao Ensino Superior através da celebração dos vários convênios com entidades e instituições que permitem um desconto nas mensalidades dos alunos, além das que são financiadas pelo Governo, são mecanismos que viabilizam o ingresso de alunos em IES privadas e que precisam ser mantidos.

3.2 – PREOCUPAÇÃO COM A COMPETÊNCIA DO CORPO DOCENTE

As políticas de capacitação docente das IES privadas são contempladas no PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional – das mesmas. Tais políticas prevêm uma receita que viabiliza a participação do corpo docente em programas de mestrado e doutorado e ajuda de custo para participação em congressos e seminários. Existem também as capacitações internas realizadas pelas equipes pedagógicas das IES e incentivo à participação em congressos e apresentações de trabalhos científicos.

O quadro a seguir apresenta a arquitetura do corpo docente das IES existentes no município, que atende às orientações das Diretrizes Curriculares e dos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC) e demonstra o elevado nível dos profissionais.

Tabela 6

DOCENTES ENSINO SUPERIOR – TITULAÇÃO – CURSOS DE GRADUAÇÃO – MESTRADO –
DOUTORADO – COM ESPECIALIZAÇÃO - (2007)

IES	TITULAÇÃO DOCENTE – 2007			
	GRADUAÇÃO	ESPECIALISTA	MESTRE	DOUTOR
UBM	103	223	108	43
UGB	15	128	93	32
UniFOA	15	270	150	75
FASF	0	22	13	03
UFF	01	04	17	52
TOTAL	134	647	381	205



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Volta Redonda
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

3.3. INCLUSÃO SOCIAL

As IES possuem em seus programas institucionais e nos currículos dos cursos atividades que possibilitam a inclusão social dos seus alunos e da comunidade. O currículo do curso contempla a inclusão nas matrizes de disciplinas que preparam os profissionais para lidar com a inclusão social. A Extensão Universitária mantém programas específicos para a Terceira Idade e Centro de Atenção Psicossocial entre os mais importantes.

A inclusão escolar dos alunos com deficiência se fundamenta em pressupostos éticos e democráticos, de reconhecimento e valorização da diversidade, e as Instituições de Ensino Superior deste município, consoantes aos princípios éticos e políticos estabelecidos no cenário dos direitos humanos, afirmam a importância de garantir o acesso e a participação em todas as oportunidades, independentemente das peculiaridades dos alunos. Condições de acessibilidade, bem como atendimento específico a partir do vestibular, são ações que vêm sendo desenvolvidas para atender a política da inclusão.

3.4. RESPONSABILIDADE SOCIAL

Quando, em 2005, a Responsabilidade Social passou a ser uma das dimensões do instrumento de avaliação do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES), trouxe consigo uma interessante interpretação do Estado sobre o que seria Responsabilidade Social no ensino brasileiro.

No Ensino Superior, a Responsabilidade Social se reverte na prestação de serviços, enquanto atividade de extensão, e constitui precioso instrumento de aprendizado. Ações de intervenção social, ações filantrópicas, trazem para a academia os problemas da sociedade e criam um ambiente que fomenta a formação de lideranças, que propõe ações, discussões e difusão de tecnologia que contribuem para que a própria sociedade possa superar esses problemas.

As IES privadas do município propõem nos seus programas de Responsabilidade Social:

- Promoção da difusão das conquistas (tecnológicas, científicas e culturais).
- Oferta de cursos voltados tanto para a comunidade interna como externa.
- Prestação de serviços ou promoção de atividades culturais.
- Práticas voltadas ao atendimento das necessidades sociais emergentes.

3.5. EXCELÊNCIA ACADÊMICA

Há certo consenso de que a excelência acadêmica é demonstrada apenas quando a instituição recebe sistematicamente nas avaliações externas um bom conceito. Para as IES

privadas do município, essa excelência é fruto de anos de trabalhos e esforços, o que é confirmado pela respeitabilidade que têm na sociedade e pelos parâmetros das avaliações externas.

As ações que visam à preparação de profissionais interessados na melhoria dos índices de desempenho econômico e social da região de abrangência e de intervenção, são reflexos claros na melhoria das condições de vida e de preservação da dignidade humana. Para que isso seja possível, os currículos dos cursos estão comprometidos com o desenvolvimento de habilidades e competências relacionadas à observação apurada e compreensão da sociedade em que as IES se inserem, considerando a interação dos componentes culturais, históricos, físicos/naturais, econômicos, políticos e ambientais como determinantes da realidade. Essa compreensão possibilita o desenvolvimento de conceitos e práticas capazes de promover transformações necessárias. Além disso, os cursos, em seus projetos pedagógicos, primam pelo desenvolvimento de competências e habilidades relativas à compreensão das contradições da realidade e ao senso de responsabilidade na proposição de

58



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Volta Redonda
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

ações que transformem esta mesma realidade, de forma autêntica e inovadora, por meio de tecnologias, conhecimentos, habilidades e competências adquiridas.

A Instituição de Ensino Superior deve realizar parte de seu papel social atuando no desenvolvimento local e regional, ampliando sua articulação com o sistema produtivo, integrando os seus alunos e atuando para o estreitamento da relação entre aluno e mercado de trabalho.

O quadro abaixo apresenta o investimento em atividades que corroboram para a qualidade da formação dos profissionais.

Tabela 7